

ATA DE REUNIÃO

Conselho de Administração ANFACER

Presidente: Michael R. Gail		
Data: 04/12/2013	Horário: das 14h00 às 17:30	Local: FIESC - Florianópolis

Participantes	Empresa
1. Michael Gail	Gail
2. Benjamin Ferreira Neto	Alfagres
3. Edson Gaidzinski	Eliane
4. José Luis Pano	Cecrisa
5. Sergio Magalhães	Pisoforte
6. Gilmar Menegon	Ceusa
7. Sadi Paulo Castiel Gitz	Escurial
8. Cláudio Ávila	Portobello
9. Cesar Gomes Junior	Portobello
10. Heitor Almeida Neto	Cerâmica Almeida
11. Antonio Carlos Loução	Gail
12. Celso Cavalli	Incepa
13. Manfredo Guedes P. Gouveia Jr.	Elizabeth

Equipe ANFACER

Antonio Carlos Kieling

Lauro Andrade Filho

Laura Paiva

André Campana

Luiz Pedro Biazoto

PAUTA

1. Gás Natural
2. REVESTIR – Orçamento 2014
3. Processo Antidumping
 - Porcelanato Técnico
 - Porcelanato Esmaltado
4. Avaliação de Conformidade do Porcelanato
5. Fórum Mundial – Rio de Janeiro
6. Escritório ANFACER
7. BCTE – Definição do Próximo Evento
8. Assuntos Gerais

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO – 04/12/2013

O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Michael Gail, iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos os presentes.

Em segmento, apresentou o Sr. Presidente do Sistema Federação do Estado de Santa Catarina – FIESC, Sr. Glauco José Côrte que fez a abertura oficial do encontro e deu as boas - vindas a todos e afirmou que era um grande privilégio receber o conselho administrativo da ANFACER para a reunião de encerramento do ano de 2013, fazendo um breve relato das ações da Federação ao longo de 2013.

O Presidente do Conselho agradeceu a presença do Dr. Glauco Corte e de seus comentários, despedindo-se do mesmo.

De imediato passou a palavra ao Diretor Superintendente da ANFACER que iniciou a abordagem da pauta da reunião.

1. Gás Natural

Sr. Kieling iniciou fazendo um relato das principais ações da ANFACER sobre gás em 2013: Contribuições e participação em três audiências públicas realizadas pela ANP;

ATA DE REUNIÃO Conselho de Administração ANFACER

Reunião do Fórum do Gás Natural com deputado Edison Aparecido, da Casa Civil de São Paulo, para apresentar as reivindicações do setor de gás e cerâmico;

Três reuniões do +gásBrasil.

Participações no Seminário "A realidade do Pré-sal" promovido pela Associação Comercial de São Paulo;

Workshop "Leilão de Compra de Gás Natural" promovido pela ARSESP;

Duas reuniões com a Frente Parlamentar Mista Pró Gás natural;

Duas reuniões do Fórum do Gás Natural em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro;

14º Encontro de Energia promovido pela FIESP;

Audiência Pública promovida pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal.

Palestra "Como o Gás Natural Afeta a Competitividade da Indústria no Brasil" - Câmara Federal (Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio);

Missão aos EUA para conhecer "*Shale Gas*";

Coordenação da elaboração e redação do Projeto de Lei PL 6.407/2013 enviado à Frente Parlamentar;

Workshop "Perspectivas de Demanda do Gás Natural" promovido pelo IBP;

Visita à Petrobras de São Mateus do Sul - produção de gás de xisto no Brasil e visita à INCEPA.

Sr Kieling reiterou que a ANFACER tem sido fonte constante para matérias sobre o gás natural reforçando o posicionamento do setor a favor de preços mais justos e competitivos. Foram apresentadas inúmeras matérias veiculadas na mídia nacional. Além disso, a edição da Newsletter do Gás - um boletim mensal com informações relevantes sobre o gás natural, atividades da associação no período, tarifas e preços praticados no período (gráfico Compara Gás ANFACER) e notícias do setor é desenvolvido pela ANFACER.

Sr. Gail convidou o consultor da ANFACER para assuntos de Energia e Gás, Sr. Luiz Pedro Biazoto para apresentar o panorama atual do gás no Brasil.

Sr. Biazoto declarou que o atual desafio é garantir o suprimento de gás natural para atender a demanda, tanto a reprimida como a do crescimento vegetativo, com custo competitivo para os consumidores.

Para que este desafio seja solucionado é necessário que haja uma Política Energética Nacional para o desenvolvimento da indústria do gás natural. O planejamento deve ser transparente com análise crítica sobre o uso do gás na boca do poço ou o incentivo do aumento da rede de transporte; precisa haver o aumento da oferta para isso é fundamental o aumento de ofertantes e a continuidade dos leilões.

Segundo Biazoto o preço do gás somente poderá ter preços competitivos com o aumento da oferta desse energético ao mercado. Porém, as perspectivas de maior oferta não acontecerão no curto e médio prazos. É necessário muito investimento em prospecção e rede de distribuição.

Na 12ª rodada dos leilões nos dias 28 e 29/11 dos 240 blocos ofertados apenas 30% foram arrematados – 72 no total; 49 blocos foram arrematados pela Petrobrás ou seja não houve diversificação da oferta. Levará de 6 até 10 anos para esse gás chegar ao mercado; não houve interesse na áreas de gás não convencional. Boa parte dos blocos foram arrematados com vistas à termelétricidade – COPEL e SUEZ

ATA DE REUNIÃO Conselho de Administração ANFACER

Sobre as perspectivas para o Gás não convencional podemos concluir que o Brasil está deixando a era de ouro passar e vendo outros países usufruírem de um gás mais barato, que nos EUA já alavanca uma nova revolução industrial.

É preciso que os custos de transporte sejam reduzidos; o custo de transporte de gás natural no Brasil ainda não é discriminado de forma transparente no preço do gás entregue nos city gates; os contratos de suprimento deveriam explicitar os dois custos.

Em 2012 o setor cerâmico foi o segundo maior em consumo de gás com 4,1 milhões de metros cúbicos por dia somando um percentual de 13,3% do consumo total.

As margens de distribuição praticadas no Brasil são extremamente elevadas. Nos estados onde ela pode ser calculada, para consumidores industriais varia entre 2,5 a 9 US\$/MMBTU. Nos demais estados essa margem nem é possível de ser calculada, apenas inferida.

Houve intensa discussão sobre as possíveis denúncias desses contratos e as significativas variações dos preços de acordo com os estados do país.

Seria recomendável que os estados promovessem uma revisão nos contratos de concessão para eliminar as distorções; com remuneração de 20% a.a. sobre o investimento (35% IR) e tarifa calculada para 80% do mercado projetado.

Sr. Biazoto destacou que o PL 6407/2013, proposto em 3 de setembro pelo Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, coordenador da Frente Parlamentar Mista Pró-Gás Natural, deverá tramitar pela: Comissão de Minas e Energia (Relator: Dep. Arnaldo Jardim); Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Possui o objetivo de controlar os preços do gás natural enquanto não houver efetiva concorrência; instituir o mercado secundário de gás natural; reduzir as alíquotas de PIS e COFINS para zero além de criar o Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural – ONGAS – para se estabelecer incumbências ao Poder Executivo Federal; separar as atividades de transporte e carregamento e permitir o acesso aos gasodutos de escoamento da produção, instalações de tratamento ou processamento de liquefação e regaseificação.

Em 2014 as ações devem priorizar a continuidade das reuniões do Fórum, da Frente Parlamentar e do +gásBrasil; o acompanhamento do Projeto de Lei 6.407/2013 do deputado Mendes Thame; acompanhamento da revisão tarifária da Comgás, envio de contribuições e participação na audiência pública e o acompanhamento das audiências públicas da ANP assim como o envio de contribuições.

Sr. Cláudio Ávila sugeriu que tentássemos uma maior sensibilização do assunto perante o ministério, mostrando que o setor vem perdendo renda, com uma ação emergencial poderíamos subir na escala das prioridades do Governo.

Sr. Biazoto afirmou que os grupos de trabalho, como o +GásBrasil possuem esse mesmo plano.

Sr. Kieling lembrou a todos que ANFACER participa de dois grupos de trabalho que estão se destacando na proposição de medidas de defesa e fortalecimento como fator estratégico para o desenvolvimento do país:

Fórum das Associações Empresariais Pró-Mercado de Gás Natural e +GásBrasil. Importante destacar que esses movimentos liderados pelo Fórum e +Gás Brasil conseguiram algum impacto junto ao cenário nacional e o mais importante parece ser o de ter colocado a questão do gás natural na agenda política do país, inclusive foi o setor cerâmico quem colocou a questão do gás dentro da FIESP. Sr. Kieling acredita que o grande problema do gás no Brasil é a ausência total de uma política energética.

Sr. Menegon acredita que só vamos conseguir abaixar o preço do gás com o aumento da oferta.

Sr. Cláudio sugere a utilização de uma parte dos recursos da ANFACER para lançar campanhas denunciando a situação real dos danos que a situação atual do gás natural no país vem causando ao setor e ao país como um todo.

Sr. Presidente Michael Gail lembrou que há dois anos foi criado um comitê de gás que por pouco tempo trabalhou e depois acabou não se desenvolvendo mais. Ele acredita que a ANFACER não deve ser a única responsável por persistir na busca de soluções e que devemos reativar esse comitê e que se reúna com regularidade para discutir junto com o consultor Sr. Biazoto ações setoriais efetivas.

Foi sugerido que participem desse comitê os Srs. Gail, Kieling, Ávila, Sadi, Almeida e Muller.

Sr. Sadi sugere que a primeira reunião seja ainda esse ano para melhor estabelecer as agendas.

Sr. Gail definiu que a próxima reunião seja realizada na ANFACER na quinta – feira dia 12 de dezembro as 10:00 horas e os assuntos que forem decididos vão ser apresentados na próxima reunião de Conselho e agradeceu a presença do consultor Sr. Biazoto.

2. REVESTIR – Orçamento 2014

Sr. Kieling apresentou quadro de orçamento proposto para edição de 2014 da REVESTIR e seu comparativo com os resultados de 2013.

Foram previstas receitas da ordem de R\$ 11.741.843,11, despesas de R\$ 5.899.711,78, com resultado operacional estimado de 5.587.207,22, em 2014.

Os conselheiros questionaram o valor estimado de despesas em marketing de 2014 (593.139,84) se comparado ao valor de 2013 (379.444,84), Sr. Kieling explicou que esse valor deverá ser revisado assim que o novo Convênio com a APEX for firmado. Esse fato aporta recursos ao Projeto Comprador e Imagem durante a REVESTIR, reduzindo os gastos diretos da Feira com essa ação.

Sr. Lauro Andrade destacou que nunca antes a renovação do contrato com a APEX foi feita em dezembro e que apesar de estar praticamente tudo certo somente podemos contar com essa verba depois do contrato estar devidamente assinado.

Sr. Cesar Gomes parabenizou toda a equipe da ANFACER pela excelente condução da Expo REVESTIR, mas ele acredita que o valor para não associados deve ser repensado.

Sr. Lauro afirmou que o valor cobrado para não associado está dentro dos valores de mercado, não havendo muita margem para expansão.

Sr. Kieling lembrou que grande parte da ocupação da feira é por associados e que o reajuste para associados tem sido bem abaixo do valor de mercado e da expansão dos custos. Tal fato, represa o incremento maior de resultado da Feira.

Sr. Michael Gail acrescentou que para 2014 não há o que fazer pois o espaço já está todo comercializado e sim devemos nos programar para pensarmos a Feira de 2015. Solicita que na próxima reunião do Conselho sejam apresentadas sugestões de valores de tabelas para a próxima edição. Também afirmou que o preço para os associados deve ser revisto uma vez que todos esses anos o valor do m² aumentou menos que a inflação.

3. Processo Antidumping

Porcelanato Técnico

Sr. Kieling fez uma retrospectiva do histórico do processo sobre porcelanato técnico: em 31 outubro 2012 - protocolo da petição no MDIC; em 1º abril 2013 - Ofício nº 1.621/DECOM; Solicitação de informações complementares

(30 abril 2013: protocolo da resposta ao Ofício nº 1.621). Em 20 maio 2013 - Ofício nº 2.803/DECOM:

Solicitação de novas informações complementares *(29 maio 2013: protocolo da resposta ao Ofício nº 2.803).*

Em 14 junho 2013 - Ofício nº 3.934/DECOM: Petição Instruída e em 8 julho 2013 - Publicação, no Diário Oficial, da Circular SECEX nº 34, abrindo a investigação antidumping. A margem de dumping para fins de abertura da investigação é de US\$ 15,50/m², o equivalente a 264,1%.

As etapas da investigação foram as seguintes: em 18 setembro 2013 foi o término do prazo para manifestações iniciais e para resposta aos questionários. Em 28 outubro a 1º novembro 2013 a realização da verificação *in loco* na Portobello, em Tijucas/SC. O DECOM está concluindo o relatório da verificação *in loco* na Portobello. Pela avaliação dos consultores, a verificação foi satisfatória no sentido de todas as demandas terem sido atendidas pelos colaboradores de Portobello.

Os próximos passos à curto prazo envolvem o DECOM, que deve seguir avaliando as respostas dos questionários para, como é de praxe, pedir informações complementares sobre empresas que podem ser objeto de verificação *in loco* na China, na Itália e no Brasil. Até o final de novembro, o questionário enviado pela Eliane não havia sido analisado pelo Departamento. Os consultores estão analisando todas as manifestações apresentadas pelas demais partes interessadas (Processo: 15 volumes e mais de 7.000 pg). A intenção é contestar todos os pontos levantados.

Verificação *in loco* nos produtores/exportadores chineses deverá ocorrer para fins de cálculo de margem individual de dumping, nos termos da legislação (datas dependem do DECOM). Os produtores/exportadores selecionados (amostragem) foram os seguintes: Foshan Changcheng Qiangshi Building Material; Foshan Monalisa Industry, Foshan Xiangyu Ceramics (ainda sem resposta ao questionário, Guangdong Xinruncheng Ceramics e Heyuan Manogress Porcellanato.

Verificação *in loco* em produtores italianos uma vez que a Itália foi indicada como terceiro país de economia de mercado logo também deverá haver verificação nas empresas daquele país. Os produtores inicialmente selecionados: Casalgrande Padana, Ceramica Valsecchia e Florim Ceramiche; as empresas italianas ainda não responderam o questionário.

Porcelanato Esmaltado

Sr. Kieling apresentou o relatório de conclusão da análise contratada à Consultoria Barral M Jorge sobre a possibilidade de abertura de processo de antidumping contra a China, para porcelanato esmaltado NCM 6908.9000 .

Pode-se concluir que apesar de haver representatividade para fins de petição, com os dados apresentados pelas empresas associadas da ANFACER, os percentuais estão no limite da legislação antidumping. Esse fator é ainda mais delicado quando se observa que empresas responsáveis por cerca de metade da produção nacional não forneceram dados que pudessem comprovar, efetivamente, os volumes produzidos.

É necessário maior coesão das empresas e envolvimento dos maiores produtores nacionais, em relação ao fornecimento de dados para fins de dano material. Ao contrário do que ocorre no caso do porcelanato técnico, o número de produtores de porcelanato esmaltado é maior, e a produção está bem mais distribuída entre eles.

No que diz respeito aos requisitos materiais para fins de petição, utilizar a Espanha como terceiro país de referência (China não é considerada economia de mercado) poderia resultar em margens de dumping pequenas, especialmente se se considerar que é prática do DECOM basear-se no critério das exportações desse terceiro país para o principal destino consumidor – no caso, de seus porcelanatos esmaltados.

A opção pela Itália, apresenta-se como mais adequada, os preços praticados em suas exportações são mais coerentes e não sofrem tantas flutuações. Haveria necessidade de bom embasamento para não se considerar a Espanha, já que o país ibérico é, segundo as estatísticas internacionais, o maior exportador mundial de porcelanato esmaltado depois da China.

Apesar de se concluir que há dumping – cuja margem é variável, a depender da referência utilizada para fins de valor normal: Espanha ou Itália –, a análise dos indicadores da indústria doméstica considerada (Cecrisa, Ceusa, Villagres e Biancogres) demonstra não haver dano material, apesar do aumento constante das importações. A ausência de dano material prejudica a análise do nexo de causalidade.

Neste momento e com base nos dados fornecidos para análise, não seria viável apresentar petição antidumping. Deve-se frisar que na passagem de P3 para P4, houve considerável aumento das importações chinesas, acompanhado de forte redução nos preços praticados, alguns indicadores da indústria doméstica sofreram impacto: houve queda na participação no CNA, queda do resultado operacional e diminuição da lucratividade, entre outros, muito embora tenha havido recuperação importante no período seguinte (P4 para P5), que é crucial nas avaliações do DECOM.

Não se pode afirmar que a indústria doméstica não seja vulnerável a novo e acentuado aumento nas importações, sobretudo se acompanhado de redução dos preços praticados.

Por oportuno, deve-se recordar que, conforme informado por um dos associados da ANFACER, estima-se que a capacidade de produção da China seja de 7.400 milhões m²/ano e que o consumo interno seja de 6.281 milhões de m²/ano. Desta forma, sobriariam 1.119 milhões de m²/ano a serem exportados, ou seja, mais do que a capacidade de produção do Brasil.

Por tudo isso, recomenda-se que a ANFACER realize avaliações periódicas do mercado de porcelanato esmaltado. Para fins de adequação às “janelas” de petição antidumping, nos termos do novo Decreto, o ideal é que seja feita nova análise para períodos terminando em dezembro (com P5 sendo o ano de 2013, janeiro a dezembro).

Sr. Michael conclui o assunto declarando que vamos continuar acompanhando essa situação de perto no sentido de nos adequarmos as condições necessárias para petição antidumping.

4. Avaliação de Conformidade do Porcelanato

Sr. Antonio Carlos Kieling abordou o tema explicando que a Avaliação de Conformidade do Porcelanato com a Norma Brasileira, processo conhecido como “Raio X do Porcelanato”, é uma ação desenvolvida em parceria com o CCB que visa a análise dos porcelanatos oferecidos no mercado nacional. Foram avaliados 42 produtos, 18 porcelanatos esmaltados e 24 porcelanatos técnicos polidos. Foram escolhidos produtos de mesma tipologia e de tonalidade clara; todas as peças adquiridas em revendas de materiais de construção e com data de fabricação anterior a 03/10/2013 - revisão e publicação da norma de referência ABNT NBR 15463/2013.

As características técnicas avaliadas foram as seguintes: Embalagem – ABNT NBR 15463/13; Determinação da absorção de água – NBR 13818/97 – Anexo B; Determinação da carga de ruptura e módulo de resistência à flexão – NBR 13818/97- Anexo C; Determinação da resistência à abrasão superficial – NBR 13818/97- Anexo D; Determinação da resistência à abrasão profunda – NBR 13818/97- Anexo E; Determinação da resistência ao gretamento – NBR 13818/97- Anexo F; Determinação da resistência ao manchamento – NBR 13818/97- Anexo G; Determinação da resistência ao ataque químico – NBR 13818/97- Anexo H e Determinação das dimensões, da retitude dos lados, da ortogonalidade dos lados, da curvatura central, da curvatura lateral e do empeno – NBR 13818/97- Anexo S.

As embalagens devem atender as seguintes especificações de acordo com a norma ABNT NBR 15463/ 2013 – Placas Cerâmicas para revestimento- Porcelanato:

- a) Marca do fabricante, ou marca comercial, e o país de origem;
- B) CNPJ e telefone de contato do fabricante;
- C) Identificação de qualidade A ou classe A de produto;
- D) Tipo de porcelanato técnico (U) ou esmaltado (G);
- E) No caso de porcelanato técnico, indicar tipo de acabamento superficial: polido ou natural;
- F) Identificar o tipo de acabamento lateral (retificado ou não);
- G) Referência a esta norma (ABNT NBR 15463/2013);
- H) Tamanho nominal (*N*), dimensão de fabricação (*W*), calibre;
- I) Nome ou código de fabricação do produto;
- J) Referência de tonalidade do produto;

- K) Formato irregular (quando aplicável);
- L) Código de rastreamento do produto;
- M) Número de peças;
- N) Metros quadrados de cobertura com junta ou sem junta;
- O) Especificação do tamanho da junta pelo fabricante;
- P) Referência às normas de assentamento: ABNT NBR 13753:1996, ABNT NBR 13754:1996 e ABNT NBR 13755:1996;
- Q) Resistência à abrasão superficial ou local de uso.

Sr. Kieling apresentou o quadro resumo dos resultados aferidos para os porcelanatos técnicos e esmaltados assim como o comparativo dos resultados nas avaliações de 2011 antes da revisão da norma, sendo que os nomes das empresas foram mantidos em sigilo.

Sr. Gail enfatizou que fosse dada maior atenção à questão das embalagens já que muitas empresas foram reprovadas nesse quesito técnico e solicitou que a ANFACER envie uma carta a todos que reprovaram em qualquer das características técnicas avaliadas assim como a cópia do relatório completo (apenas identificando a posição da empresa na listagem sem revelar a identidade das demais).

Sr. Kieling alertou, ainda, que é importante lembrarmos que em função da Norma de Desempenho as construtoras vão começar a exigir produtos que atendam as normas e afirmou que o PBQP-h já vem pedindo que o setor apresente uma lista das empresas não conformes; ação que a ANFACER vem se recusando a fazer. Financiamentos da Caixa Econômica Federal, Cartão BNDES, Programa Minha casa Minha Vida e outras ações públicas na área da construção civil, passam a exigir conformidade de materiais e certificações.

Sr. Jose Luis Pano afirmou que muitas empresas vendem com o nome de porcelanato mas que na verdade o produto não atende as especificações necessárias do produtos e questionou quantas empresas na lista de não conformes não são associadas.

Sr. Cesar Gomes acredita que devemos ter uma medida mais agressiva para atingir a total conformidade e que a ANFACER deveria criar um grupo que visitasse as empresas não conformes sem penaliza-las mas incentivando-as a buscar a conformidade.

Sr. Gail declarou que após as empresas receberem suas cartas e relatórios e tomarem as devidas providências, uma nova avaliação deve ser feita daqui a seis meses para apresentarmos os resultados mais uma vez.

Sr. Menegon acredita que existem empresas que precisam somente de ajustes técnicos, porém algumas necessitam de uma mudança radical de postura.

Sr. Almeida defende a ideia de que um histórico deve ser feito e atitudes mais drásticas devem ser tomadas.

Sr. Gaidzinski pediu licença para fazer a apresentação de um programa do TCNA – The Tile Council of North America – o Certified Porcelain Tile praticado pelo PTCA – Porcelain Tile Certification Agency, que auxilia na

redução dos problemas de mercado já que classifica o que é e o que não é porcelanato através de uma etiqueta que é colada na caixa do produto evitando que o consumidor final seja enganado.

Sr. Cesar lembrou a todos que o CCB foi criado com essa intenção de certificar e não punir; que deve guiar e mostrar como fazer um produto com qualidade.

Após discussão entre os conselheiros a ideia do Sr. Edson Gaidzinski foi aceita por todos e evoluiu para um processo de certificação para o porcelanato..

Sr. Michael Gail concluiu o assunto orientando que a ANFACER, em parceria com o CCB, desenvolva um processo de autenticação e conformidade do porcelanato através de um selo de qualificação para esse produto e que em fevereiro na próxima reunião de conselho, a proposta dessa ação e o layout desse selo seja apresentado para a aprovação de todos assim como os critérios de avaliação do mesmo.

5. Fórum Mundial – Rio de Janeiro

Sr. Kieling apresentou um relatório final do Fórum Mundial dos Países Produtores de Revestimento Cerâmico que ocorreu de 5 a 8 de novembro no Sheraton Rio Hotel & Resort na cidade do Rio de Janeiro e contou com a participação de 15 países: Argentina; Austrália; Bélgica; Brasil; China; Emirados Árabes; Espanha; EUA; França; Itália; Japão; México; Taiwan; Turquia e Ucrânia.

Os principais temas tratados foram:

- Cenário econômico e setorial dos países participantes do Fórum;
- Comércio, produção e consumo globais de revestimentos cerâmicos;
- Comércio Internacional: acordos de livre comércio, barreiras tarifárias e não tarifárias, cooperação internacional e normas nacionais;
- Sustentabilidade;
- Revisão do Sistema harmonizado (SH6);
- Atualização e discussão sobre os trabalhos da ISO/TC-189: cerâmica de baixa espessura e sustentabilidade;
- Ações promocionais para estimular o consumo de revestimentos cerâmicos.

Foram criados dois grupos de trabalho: Atualização do Sistema Harmonizado *Coordenação Assopiastrelis* e Informações Estatísticas (Estruturação de Sistema de Informações) este último com coordenação da ANFACER.

Foram mostrados os gráficos mundiais de produção do setor que foram apresentados durante as reuniões do Fórum.

Sr. Kieling informou que vai enviar a todos os conselheiros as apresentações de todos os países participantes.

O Presidente Michael Gail concluiu dizendo que depois desse evento o respeito dos outros países pelo Brasil foi valorizado e que a organização do evento foi perfeita.

O Sr. Gail e o Sr. Kieling receberam os cumprimentos e parabenizações de todos.

6. Escritório ANFACER

Sr. Kieling retomou o assunto discutido na reunião anterior do Conselho sobre a questão do escritório da ANFACER. Devido a venda do imóvel Olivetti em 27/06/2013 para um Grupo de Investidores (Paulista 453 Empreendimentos); em 13/09/2013 recebemos uma notificação Extrajudicial (Denúncia do Contrato), com prazo de 90 dias para entrega do imóvel.

O nosso contrato vigente até 30/09/2014, com valor de R\$ 55,00 o m² Total R\$ 14.733,40; em 20/09/2013 recebemos uma carta proposta de um novo contrato, com valor de R\$ 100,00 o m² - Total R\$ 26.800,00, prazo de três anos.

Foram apresentados também valores de locação na região da Paulista que variam de R\$ 80 a 120 o m². Iguamente, uma amostra de custos do m² para compra de imóveis em diferentes regiões de São Paulo, como segue: Avenida Paulista - R\$ 13.000,00 a 21.000,00 o m²; Itaim - R\$ 14.000,00 a 18.000,00 o m²; Pinheiros - R\$ 10.000,00 a 15.000,00 o m² e Juscelino - R\$ 14.000,00 a 20.000,00 o m².

Sr. Gail afirmou que estamos analisando junto aos advogados nossas possibilidades de negociação e valores para permanecer por mais tempo no imóvel, levando em conta todas as melhorias que proporcionamos ao imóvel. Informou que a ANFACER vai continuar avaliando a possibilidade de compra e se possível de imóvel na planta para baratear o custo.

Sr. Kieling afirmou que se preocupa muito com a mobilidade em uma cidade como São Paulo. Além da mobilidade para a equipe da ANFACER, os novos escritórios da Associação tem sido um atrativo e utilizados em várias reuniões com clientes da REVESTIR, jornalistas, outras entidades, reuniões técnicas, a APEX tem sido grande usuária de nossas instalações, tudo isso fortalece a ANFACER institucionalmente e facilidade de acesso às nossas instalações tem sido fator importante.

Após breve discussão entre os conselheiros conclui-se que a questão da mobilidade é fundamental na escolha de novo imóvel. Nas próximas reuniões vão ser apresentadas ideias de localizações para possível compra e enquanto isso vamos negociar para permanecer por mais tempo na localização atual.

7. BCTE – Definição do Próximo Evento

Sr. Michael Gail lembrou a todos que na última reunião de Conselho foi definido que o próximo BCTE - 2014 vai acontecer na África, uma vez que é um continente em grande expansão e o Brasil ainda não se faz muito presente no mercado africano.

Sr. Kieling afirmou que consultou a empresa Bond Events que auxilia a ANFACER nesses eventos apresentou sugestão dos seguintes países: África do Sul; Quênia e Angola. As sugestões de datas são: de 1 a 7 de Junho e de 12 a 17 de Outubro.

Sr. Sergio Magalhães discordou da opção de Angola e disse que não considera uma boa opção.

ATA DE REUNIÃO Conselho de Administração ANFACER

Após breve discussão entre os conselheiros a opção da África do Sul foi melhor aceita, assim como o período de 12 -17 de outubro. O mês de junho foi descartado em decorrência da Copa Mundial que se inicia no dia 12; nos meses de junho e julho as expectativas de custo de passagens aéreas são muito altas.

As cidades da África do Sul sugeridas foram três: 1) Johannesburgo que possui hotéis que acomodam o evento e os valores são similares aos praticados no Panamá e há voos diretos de São Paulo e outras localidades; 2) Sun City que possui quatro excelentes hotéis e destes, dois com preços similares aos praticados em Johannesburgo porém, o ponto negativo é que os hotéis são distantes do aeroporto e 3) Cape Town que possui excelentes hotéis com por exemplo a rede Westin que poderia sediar o evento; os valores são elevados; existem voos diretos e com conexão em Johannesburgo; os valores dos voos tem um custo extra de 100.00/200.00USD, quando necessário conexão em relação a Johannesburgo.

Sr. Gail afirmou que apesar dos valores serem um pouco mais elevados, Cape Town é a mais atrativa de todas as alternativas.

Por fim, os conselheiros escolheram Cape Town e mantiveram a decisão do evento ser realizado no mês de outubro.

8. Assuntos Gerais

IPI

Sr. Kieling declarou que a alíquota zero de IPI continua por tempo indeterminado.

Lançamento Expo Revestir 2014 para Imprensa

Sr. Kieling comentou brevemente sobre o lançamento para a Imprensa da Expo Revestir 2014, que aconteceu no dia 18 de novembro, no Tom Jazz em São Paulo, tendo sido um evento muito prestigiado.

Agenda do Conselho

Sr. Kieling lembrou a todos a agenda das próximas reuniões para o conselho: 12/02/2014 (4ª feira); Assembleia Geral Ordinária 12/03/2014 (4ª feira) - Durante a Expo Revestir; Posse do novo Conselho e Presidente: 24 de Abril (5ª feira).

Esgotados os assuntos de pauta, o Presidente Michael Gail encerrou a reunião após agradecer aos conselheiros pela presença e reafirmar o convite para o jantar de encerramento as 20h30 do mesmo dia.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2013.